

# A produção da pós-graduação em RI no Brasil: Breve avaliação.

Janina Onuki,  
Amâncio Jorge de Oliveira.

**Como citar:** ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. A produção da pós-graduação em RI no Brasil: Breve avaliação. *In:* POSSAS, Lúcia M. V.; SALA, José Blanes (org.). **Novos atores e relações internacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2010. p.399-412. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-065-5.p399-412>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## A PRODUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM RI NO BRASIL: BREVE AVALIAÇÃO<sup>1</sup>

*Janina Onuki*

*Amâncio Jorge de Oliveira<sup>2</sup>*

### 1 INTRODUÇÃO

**T**emos visto nos últimos anos, o crescimento da área de Relações Internacionais, tanto no que diz respeito às demandas do mercado, empresas e órgãos governamentais (fora do quadro da diplomacia do Ministério das Relações Exteriores), quanto no campo acadêmico, da pesquisa e do ensino. Uma das explicações para esta fase de crescimento está na combinação de um processo de transição democrática iniciado em meados dos anos 1980, de liberalização da economia que se deu a partir do início dos anos 1990, associados à intensificação das negociações internacionais e regionais.

A relação entre um cenário doméstico mais democrático e um cenário internacional mais interdependente, ambos complexos

---

<sup>1</sup> Este capítulo foi elaborado com dados parciais da pesquisa sobre a pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil, incentivado pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Este texto foi apresentado no Fórum de RI, na V Semana de Relações Internacionais da Unesp (“Novos atores e Relações Internacionais), em Marília, de 24 a 27 de setembro de 2007.

<sup>2</sup> **Janina Onuki** é professora do Instituto de Relações Internacionais da USP e pesquisadora do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI-USP). **Amâncio Jorge de Oliveira** é professor do Departamento de Ciência Política da USP e coordenador científico do CAENI-USP.

por conta da ampliação do número de atores e de temáticas diversas concorrentes, passou a demandar profissionais com conhecimentos mais voltados para temas internacionais que tivessem uma formação multidisciplinar.

Não se pretende aqui discutir as conseqüências de uma formação mais ampla frente aos cursos que oferecem formação mais especializada, mas apenas chamar atenção para o fato de que os cursos de Relações Internacionais no Brasil, na sua grande maioria, oferecem formação combinada entre várias disciplinas: Ciência Política, Direito, História e Economia, e isso pode ter reflexos nos trabalhos de pós-graduação. Não do ponto de vista da qualidade dos trabalhos, mas do viés metodológico e temático.

Ainda não se tem convergência sobre qual dessas vertentes se deve privilegiar, não há um estudo exaustivo sobre os impactos desses cursos na formação acadêmica dos estudantes, nem se sabe a localização dos seus egressos. O que se sabe é que vários desses cursos de graduação fizeram mudanças significativas na sua grade curricular, aperfeiçoando o conteúdo das disciplinas e ampliando o enfoque em política internacional.

O crescimento acadêmico da área de relações internacionais no Brasil, a partir da década de 1990, deu-se fundamentalmente com base na expansão vertiginosa dos cursos de graduação.<sup>3</sup> Uma radiografia sistemática sobre os desdobramentos dessa expansão em distintos níveis — capacidade de absorção no mercado de trabalho e tipo de formação adequada; gestão da representação profissional; relacionamento com áreas de ensino e pesquisa contíguas; identidade curricular etc. — ainda está por ser feita, em que pese alguns esforços anteriores significativos nesta direção e que deram contribuições substantivas ao debate.<sup>4</sup>

No que diz respeito à pós-graduação esse crescimento não tem acompanhado de forma tão rápida a graduação, embora tenha

---

<sup>3</sup> Atualmente temos o registro de 97 cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil, credenciados no MEC. Dados disponíveis online em: [www.inep.gov.br]. Consulta em 15 de abril de 2008.

<sup>4</sup> Shiguenoli (1999), Herz (2000), Hirst (1988).

crescido o número de cursos de pós, *stricto sensu* e *lato sensu*, nos últimos anos. Este crescimento pode até ser considerado reflexo da expansão da graduação, mas ainda assim é insuficiente para absorver demandas crescentes, sobretudo quando se trata de programas de doutorado, em que temos apenas dois cursos em funcionamento (UnB e PUC/Rio). Tanto que ainda se observa nos programas de pós-graduação em Ciência Política principalmente, a absorção de uma quantidade significativa de candidatos desta área.

Este artigo tem como objetivo fazer um diagnóstico preliminar dos temas pesquisados em trabalhos de pós-graduação, identificando quais as principais lacunas da área em termos de pesquisa, e analisar a evolução e consolidação da pós-graduação em relações internacionais no Brasil.

Toma-se como ponto de partida a idéia de que a pós-graduação exerce papel central na construção da identidade e consolidação de qualquer área acadêmica. Se é verdadeira a tese de que não existe ensino sem pesquisa, também o fato de que a pós-graduação é, certamente não o único, o principal ambiente de produção científica. Da mesma forma, a formação quadros para o ensino, pesquisadores, de profissionais qualificados e especializados depende fortemente da existência de programas de pós-graduação qualificados.

Deste modo, a elaboração de uma política estratégica para a área deve ser feita com base na compreensão sobre o estado da arte da pós-graduação no país e a relação de equilíbrio graduação/pós-graduação. Neste caso parece ser ainda mais relevante esse diagnóstico dada a ainda incipiente organização da área e o descompasso entre graduação e pós-graduação.

O artigo faz uma breve apresentação sobre as ofertas dos programas de pós-graduação, traça o perfil temático dos trabalhos de pós-graduação em relações internacionais, nos níveis de mestrado e doutorado, em seis programas e suas respectivas áreas de pesquisa. Os dados apresentados são parciais e revelam os resultados apenas até o primeiro semestre de 2005. Dessa forma, ainda não avança na análise dos trabalhos que foram defendidos após esta data.

Este projeto teve início a partir da discussão feita, entre especialistas da área, durante do IV Encontro da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política), em julho de 2004 no Rio de Janeiro, em que se diagnosticou um desconhecimento sobre o estado da arte da produção científica, do ponto de vista temático e metodológico, dos trabalhos de RIs, tanto nos programas especializados, quanto nos programas de pós-graduação em Ciência Política.

Uma versão completa deste trabalho, incluindo todos os dados da pesquisa (até 2008, e os novos programas de pós-graduação) foi encomendada pela própria ABCP que vem acompanhando de perto, tanto a expansão da área de Relações Internacionais, quanto sua interação com a área de Ciência Política. A previsão de finalização da pesquisa é agosto de 2008.

## **2 A PÓS-GRADUAÇÃO EM RI NO BRASIL**

Somente mais recentemente a expansão da pós-graduação no Brasil contou com a criação de programas específicos de relações internacionais. Tradicionalmente os trabalhos de pós-graduação vinham sendo feitos, e seguem dessa maneira em grande medida, como sub-área consolidada de outros programas — em especial Direito Internacional, Ciência Política, Economia e História — ou por meio de orientação de professores especialistas em diversos outros departamentos. Vale ainda considerar a criação de programas específicos no campo das relações internacionais, tais como a integração regional e meio-ambiente<sup>5</sup>.

Atualmente, como se observa na tabela 01, temos 6 programas de mestrado em Relações Internacionais em funcionamento, nem todos são avaliados nesta pesquisa preliminar. Vale destacar que temos, ainda dois programas de doutorado (UnB e PUC/Rio) e ainda dois projetos de pós-graduação em tramitação na CAPES (USP, para mestrado e doutorado) e (UEPB, mestrado).

---

<sup>5</sup> Como se pode observar nos programas da USP: PROLAM e PROCAM.

Tabela 1 - Instituições que oferecem mestrado *stricto sensu* em Relações Internacionais.

Instituição	Ano de criação	Nota CAPES (triênio 2005-2007)
UnB	1987	5,0
PUC/Rio	1987	5,0
UNESP/UNICAMP/PUC-SP	2003	4,0
UFRGS	2005	4,0
UFF	2006	3,0
PUC/Minas	2007	3,0

Fonte: CAPES (2007)

A criação de quarto desses cursos (todos *stricto sensu*) a partir de 2003 mostra como a constituição da área é extremamente recente, o que dificulta ainda uma avaliação mais profunda sobre os rumos da área, e um diagnóstico mais preciso sobre a ênfase que tem sido dada nos trabalhos de pesquisa.

Como se pode ver no gráfico 01, o crescimento da área de relações internacionais foi substantivo na década de 90. O ápice foi em 2001, ano em que foram defendidos 49 trabalhos de relações internacionais nos departamentos do plano amostral. Uma análise qualitativa revela que parte dessas defesas resulta do retorno de pesquisadores que foram fazer parte do doutorado no exterior.

Vale destacar que várias dessas mesmas instituições – dada a demanda crescente por especialização na área de Relações Internacionais – criaram cursos de pós-graduação *lato sensu*. Alguns cursos com caráter mais especializado em Negociações Econômicas Internacionais (Unesp), outras mais abrangentes (UnB). Além disso o Instituto Rio Branco que forma diplomatas aprovados no seu concurso anual, tornou-se um programa de mestrado profissionalizante, credenciado pela CAPES.

São vários os cursos de especialização e cursos de extensão de curta duração oferecidos por estas instituições ou por centros

especializados. É o caso dos cursos de “Capacitação em Negociações Internacionais”, oferecidos pelo Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI-DCP/USP), desde 2005, tanto para o público acadêmico de estudantes, quanto para a comunidade da área privada e pública.

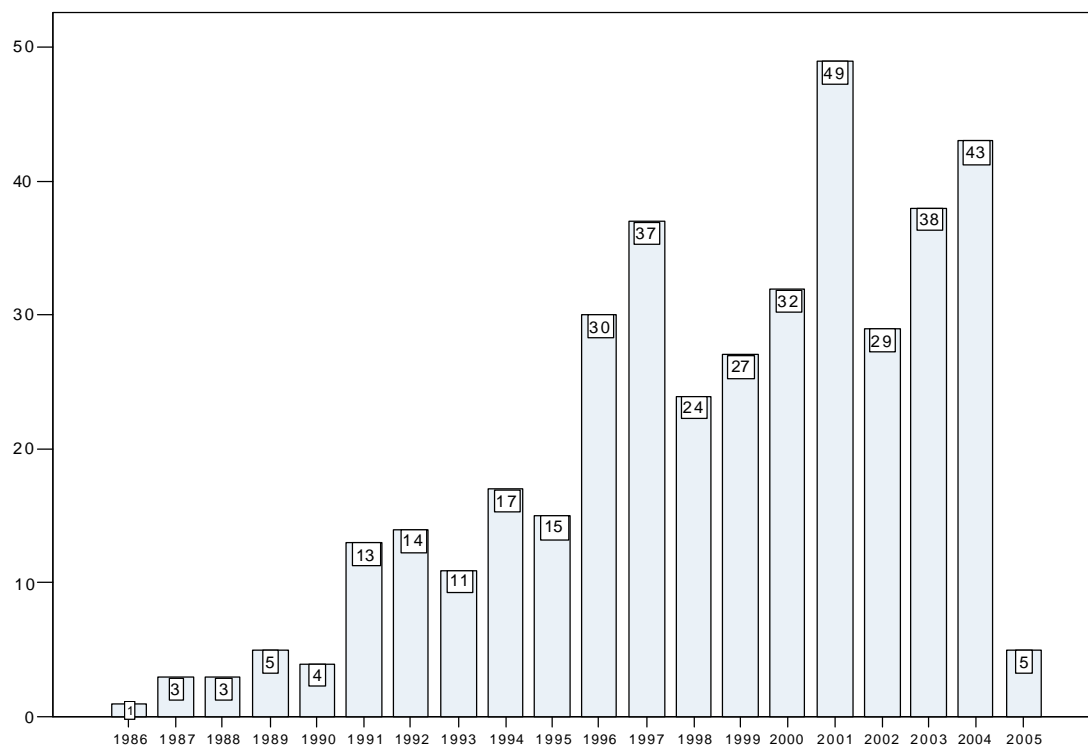


Gráfico 1 - Número de dissertações/teses em Relações Internacionais (até 2005)

Fontes: Programa de Pós-graduação das Universidades e base CAPES.

Como se pode ver na tabela 01, a seguir, UnB e da PUC-Rio são os programas mais antigos e, por isso, os que apresentam o maior número de trabalhos. Juntas as duas instituições são responsáveis por 70% dos trabalhos defendidos nos departamentos pesquisados. É incipiente ainda a avaliação do impacto dos programas especializados em Relações Internacionais, criados recentemente no âmbito do edital San Tiago Dantas<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Ver: edital do Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino das Relações Internacionais. Disponível em: <[www.capes.gov.br/export/sites/capes/download/bolsas/RelacoesInternacionais.pdf](http://www.capes.gov.br/export/sites/capes/download/bolsas/RelacoesInternacionais.pdf)>. Acesso em: 2 maio 2007.

O procedimento adotado na fase preliminar desta pesquisa foi fazer o levantamento completo de todos os trabalhos de pós-graduação (mestrado e doutorado) defendidos nos principais programas no Brasil, que tinham como área de conhecimento as Relações Internacionais, através dos dados disponíveis na CAPES, assim como nas próprias instituições de origem.

Este mapeamento de 400 trabalhos foi feito a partir da identificação das palavras-chave e do resumo dos trabalhos, o que nos permitiu classificá-los em temáticas distintas. Entretanto, ainda não foi possível fazer esta classificação, a partir das suas distintas orientações metodológicas. Isso só poderia ser feito a partir da consulta individual das dissertações e teses, o que ainda não foi viável nesta pesquisa.

Tabela 2 - Distribuição de trabalhos defendidos por instituições (mestrado e doutorado).

	<b>Número de trabalhos defendidos</b>	<b>Percentual Válido (%)</b>
UnB	162	40,5
PUC-RJ	121	30,3
USP	57	14,3
Prolam-USP	33	8,3
IUPERJ	14	3,5
Unicamp	13	3,3
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CAPES (2004).

Não se considera aqui todos os programas, apenas os indicados na tabela 02. Para esta pesquisa, foi feito um levantamento dos trabalhos defendidos (mestrado e doutorado) em todos os programas específicos já institucionalizados, tais como PUC/Rio e UnB. No campo da ciência política foram analisados



os três principais programas (USP, IUPERJ, UNICAMP), conforme os critérios de avaliação institucional da CAPES.

Considerou-se os trabalhos defendidos no PROLAM (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina) da USP por se tratar de programa multidisciplinar e que, nos últimos anos, concentrou um grande número de trabalhos na área de Relações Internacionais, como se poderá observar nos dados empíricos.

Embora não seja o foco central deste capítulo, há ainda que se fazer consideração acerca dos riscos e vantagens da autonomização da área de relações internacionais no nível de pós-graduação, *pari passu* ao que aconteceu no nível de graduação. Conseqüências no que tange a “especificidades epistemológicas”, identidade temática e conceitual, esquemas de financiamento e políticas científicas específicas, desenvolvimento de linhas de pesquisa etc.

### **3 PERFIL TEMÁTICO DOS TRABALHOS**

O mapeamento do perfil da produção de teses e dissertações foi feito em dois formatos. Num primeiro momento, faz-se a seleção a partir da ótica dos processos, agrupados nos mais recorrentes processos e fóruns/arenas de relações internacionais (política externa, integração regional, regimes e organizações internacionais, teoria de relações internacionais, política comparada e “estado, soberania e globalização”). Num segundo formato, o critério é temático, com os trabalhos agrupados em três níveis correntes/clássicos: temas de comércio, segurança internacionais e novos temas de relações internacionais (migração internacional, direitos humanos, meio-ambiente, gênero etc.). Em ambos os casos procurou-se verificar o ordenamento temático no conjunto das instituições quanto a distribuição por instituição. Cada um desses níveis foi contabilizado uma única vez por instituição.

“Política externa e diplomacia” é, como se pode ver na tabela 03, o principal processo estudado nos programas de pós-

graduação analisados. Em segundo lugar, com percentuais muito próximos estão os temas da “integração regional” e de “regimes e organizações internacionais”. Chama a atenção o pouco destaque de trabalhos teóricos no campo das relações internacionais, processo que perfaz menos de 6% do total analisado. Em semelhante ordem de grandeza estão os trabalhos de política comparada relacionados ao tema dos “estados, soberania e globalização”.

Do ponto de vista de distribuição por instituição vale notar que, em casos específicos, há uma dose de especialização temática (processo) institucional. O caso mais flagrante é a ênfase que o PROLAM-USP confere ao tema da integração regional (mais de 50% dos trabalhos versam sobre esta temática). No pólo oposto está a UnB, instituição na qual a integração regional está presente em menos de 9% dos trabalhos.

O tema de “regimes e organizações internacionais” é claramente subestimado em seus dois programas da USP (DCP e PROLAM). Enquanto no conjunto da amostra, Regimes & Organizações Internacionais perfazem 14% dos trabalhos, nestas instituições não chegam a 2%. O tema “Política Externa e Diplomacia” tem representação substantiva, de ao menos 30%, nos três maiores programas (UnB, PUC-Rio e DCP-USP). Esta representação é, contudo, mais significativa, no DCP/USP, na medida em que perfaz quase 50% de todos os trabalhos defendidos.

O exame da distribuição dos trabalhos de pós-graduação nos programas escolhidos permite algumas considerações preliminares. Em primeiro lugar a produção pós-graduada em relações internacionais é fortemente “regionalizada”. Esta tendência se expressa na concentração de estudos em política externa brasileira<sup>7</sup>, em detrimento dos estudos de política externa de outros países; a prevalência de estudos sobre Mercosul ou Cone Sul nos estudos sobre integração regional e a baixíssima incidência

---

<sup>7</sup> Dos 138 estudos sobre Política Externa, 85 (68,83%) deles eram sobre política externa brasileira e 25 (18,11%) de Política Externa de grandes potências (EUA, UE, Japão e Inglaterra). Outros poucos países tiveram sua política externa estudada, e sempre uma ou no máximo duas vezes.

de estudos de área não focada em Cone Sul e América do Sul ou ainda o número limitado de pesquisa sobre política comparada. Em segundo plano, o predomínio de estudos históricos e empíricos em detrimento de estudos de cunho teórico. Não se verifica, além disso, um investimento sistemático em produzir teoria.

Tabela 3 - Produção da pós-graduação em RI por instituição e processos.

	IUPERJ	PROLAM	PUC/ RIO	UNB	UNICAMP	DCP/ USP	TOTAL
Política Externa e Diplomacia	3	5	45	54	4	27	138
	21,4%	15,2%	37,2%	33,3%	30,8%	47,4%	34,5%
		<b>-2,4</b>				<b>2,2</b>	
Integração Regional	3	18	15	14	6	5	61
	21,4%	54,5%	12,4%	8,6%	46,2%	8,8%	15,3%
		<b>6,6</b>		<b>-3,0</b>	<b>3,2</b>		
Regimes e Organizações Internacionais	1	0	23	30	1	1	56
	7,1%	0,0%	19,0%	18,5%	7,7%	1,8%	14,0%
		<b>-2,4</b>		<b>2,1</b>		<b>-2,9</b>	
Teoria de RIs	1	1	7	10	0	4	23
	7,1%	3,0%	5,8%	6,2%	0,0%	7,0%	5,8%
Sistema Interamericano	1	1	0	6	0	1	9
	7,1%	3,0%	0,0%	3,7%	0,0%	1,8%	2,3%
Política Comparada	1	6	4	6	0	3	20
	7,1%	18,2%	3,3%	3,7%	0,0%	5,3%	5,0%
		<b>3,6</b>					
Estado, Soberania e Globalização	0	0	6	9	1	4	20
	0,0%	0,0%	5,0%	5,6%	7,7%	7,0%	5,0%
Outros Processos	4	2	21	33	1	12	73
	28,6%	6,1%	17,4%	20,4%	7,7%	21,1%	18,3%
Total (100%)	14	33	121	162	13	57	400

Fonte: Sistema CAPES (2004) e programas de pós-graduação.

Resíduos ajustados acima de 2,0 ou abaixo de -2,0 indicam observações acima do esperado.

Ao contrário, prevalecem estudos de balanço teórico ou interpretativo da produção estrangeira, clássica ou neo-clássica de relações internacionais<sup>8</sup>. Nota-se ainda a presença pequena, embora de grande qualidade, de trabalhos de pós-graduação com ênfase

<sup>8</sup> Destaca-se a discussão sobre a produção de teoria no Brasil (e demais países periféricos), que vem sendo desenvolvida por João Pontes Nogueira (IRI-PUC/Rio).

em concepções de orientação sociológica: dos 23 trabalhos nesta linha, 3 foram sobre construtivismo, 3 sobre Escola Inglesa e 2 a respeito da escola marxista nas relações internacionais. Com isto, podemos dizer que no que se refere à produção de trabalhos de pós-graduação, as relações internacionais no Brasil estão mais próximas do campo histórico e empírico do que do campo teórico.

Esses dados são convergentes com as linhas de pesquisas apresentadas nos programas de pós-graduação. É claro, neste sentido, a forte divergência entre o ensino, no qual o tema de teoria tem acento garantido nos cursos de pós e a área de pesquisa. Nesta mesma linha, há que ser crer numa certa renúncia de estudos sobre o desenvolvimento, haja vista o número bastante reduzido de teses que versam sobre a temática, que não seja numa perspectiva de história do pensamento (CEPAL, ISEB etc).

Do ponto de vista temático, era de se esperar forte predominância de temas tradicionais nos trabalhos de pós-graduação (Comércio e Segurança). Na realidade, a somatória dos trabalhos desses temas (Comércio e Segurança) perfazem 1/3 dos trabalhos produzidos (33,4%). Novos temas de relações internacionais — composto por temas como migração, direitos humanos, trabalhos, meio-ambiente, gênero etc. — constituem 1/4 da produção de RI em nível de pós-graduação. Dentre os novos temas, tiveram destaque o tema de meio-ambiente, com a recorrência de 25 trabalhos e direitos humanos, objeto de 17 trabalhos pós-graduados em RI. O tema de segurança é, por outro lado, claramente o menos estudado, o que reflete, em grande medida, a posição discreta do país na cena internacional na área de segurança e pela distância do país de área de conflitos internacionais regionais. Quando surge como tema de teses e dissertações, no mais das vezes, está relacionado à novos temas, tais como crime transnacional, narcotráfico etc. Segurança Internacional e Defesa está discretamente melhor representada na USP.

Provavelmente esta lacuna poderá ser preenchida a partir dos resultados obtidos da implementação dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais, voltados para os temas da defesa nacional e segurança internacional, incentivados pelo Edital Pró-Defesa.

Tabela 4 - Produção da pós-graduação em RI por instituição e temas.

	IUPERJ	PROLAM	PUC-RIO	UNB	UNICAMP	USP	TOTAL
Comércio Internacional e Finanças	1	19	23	22	1	7	73
	7,1%	57,6%	19,0%	13,6%	7,7%	12,3%	18,3%
		<b>6,1</b>		<b>-2,0</b>			
Segurança Internacional e Defesa	1	0	23	20	2	16	62
	7,1%	0,0%	19,0%	12,3%	15,4%	28,1%	15,5%
		<b>-2,6</b>				<b>2,8</b>	
Novos temas	4	7	26	49	5	10	101
	28,6%	21,2%	21,5%	30,2%	38,5%	17,5%	25,3%
Abrangente/ Outros temas	8	7	49	71	5	24	164
	57,1%	21,2%	40,5%	43,8%	38,5%	42,1%	41,0%
		<b>-2,4</b>					
Total (100%)	14	33	121	162	13	57	400

Fontes: CAPES (2004) e programas de pós-graduação.

Resíduos ajustados acima de 2,0 ou abaixo de -2,0 indicam observações acima do esperado.

#### 4 CONCLUSÃO

O que podemos observar, no campo das Relações Internacionais no Brasil, é que o crescimento da graduação não foi acompanhado em sintonia com o crescimento da pós-graduação. Evidentemente que uma parcela significativa dos graduados vai para a iniciativa privada, governo ou outras iniciativas, que não academia. Ainda assim, a demanda por professores e a necessidade de consolidação em pesquisa requer uma melhor equilíbrio do crescimento da pós-graduação. Para tanto, políticas específicas devem ser levadas consideração.

É clara a concentração de trabalhos focados no tema da política externa brasileira, dada nossa tradição diplomática e o interesse em compreender as mudanças da política externa brasileira no regime democrático, e a atuação internacional do Brasil. Ainda, é preciso destacar a grande quantidade de trabalhos voltados para o tema da integração regional, e o Mercosul e particular, reflexos das mudanças da conjuntura internacional.

Pelo menos nesse período inicial de constituição da área, e de consolidação dos programas de pós-graduação (com exceção da UnB e PUC/Rio), os 'novos' temas parecem ganhar maior destaque ao longo dos últimos anos.

O mapeamento elaborado chama ainda a atenção para a existência de inúmeras lacunas do ponto de vista de processos e temas. Tais como trabalhos de cunho teórico, trabalhos de área de geopolítico, segurança internacionais etc.

Faz-se ainda necessário avaliar e discutir os rumos da área de Relações Internacionais no Brasil, tanto no plano da graduação quanto da pós-graduação, de forma integrada. A iniciativa da Unesp em dar continuidade a esse importante debate de forma sistemática, no Fórum de RI (organizado anualmente no âmbito da Semana de Relações Internacionais) é louvável e deve ser apoiada.